

Ata da LXIXª reunião ordinária do Conselho Pleno, convocada em 9 de abril de 2008 e realizada no dia 16 de abril de 2008, em Brasília, Distrito Federal, com a pauta: participação do Ministro Paulo Vanucchi, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para tratar da realização de seminários e outras ações acadêmicas em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; organizar reunião, a ser realizada no dia 17/4 às 11h, com o presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves, para tratar do projeto de lei (PL 3128/2008) que cria cargos para o REUNI e de outros projetos; minuta de portaria referente à gestão orçamentária dos hospitais universitários; definição da data de eleição da direção da Andifes; proposta de programa de reestruturação e ampliação da pós-graduação das IFES; reconhecimento de títulos de medicina expedidos em Cuba e assuntos gerais. Estiveram presentes os dirigentes ou seus representantes legais: Alan Kardeck Martins Barbiero (UFT); Aloísio Teixeira (UFRJ); Amaro Henrique Pessoa Lins (UFPE); Ana Dayse Rezende Dórea (UFAL); Antônio César Gonçalves Borges (UFPEL); Antônio Nazareno Guimarães Mendes (UFLA); Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU); Carlos Augusto Moreira Júnior (UFPR); Carlos Sigueyuki Sedyama (UFV); Damião Duque de Farias (UFGD); Edward Madureira Brasil (UFG); Flávio Antônio dos Santos (CEFET-MG); Helvécio Luiz Reis (UFSJ); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (UFJF); Hidembergue Ordozgoith da Frota (UFAM); Ícaro de Sousa Moreira (UFC); João Carlos Brahm Cousin (FURG); João Luiz Martins (UFOP); José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS); José Ivonildo do Rêgo (UFRN); José Januário de Oliveira Amaral (UNIR); Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS); Luiz Bevilacqua (UFABC); Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO); Manoel Catarino Paes-Peró (UFMS); Miguel Badenes Prades Filho (CEFET-RJ); Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA); Natalino Salgado Filho (UFMA); Oswaldo Baptista Duarte Filho (UFSCar); Paulo Gabriel Soledade Nacif (UFRB); Pedro Ângelo de Almeida Abreu (UFVJM); Ricardo Motta Miranda (UFRRJ); Roberto de Souza Salles (UFF); Roberto Ramos Santos (UFRR); Ronaldo Tadêu Pena (UFMG); Rubens Sérgio Rasseli (UFES); Valmar Corrêa de Andrade (UFRPE) e Virmondes Rodrigues Junior (UFTM). Dando início à reunião, o presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra à diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/SGTES), Ana Estela Haddad, que apresentou a Proposta de Trabalho Piloto para a Construção de Novo Processo de Revalidação de Diplomas Médicos Obtidos no Exterior. De acordo com ela, o Governo Federal está atento à demanda no âmbito das universidades brasileiras e busca uma solução de curto e médio prazo. Atualmente o processo de revalidação de diplomas médicos tem como base a Resolução CNE/CES n.º 1, de 28 de janeiro de 2002, que determina essa competência para as universidades públicas que ministrem curso de graduação reconhecido na mesma área de conhecimento ou em área afim. Os processos diferem quanto ao acesso e à oportunidade para revalidação, critérios e ofertas de complementação e, em sua maioria, resumem-se à análise documental. O Governo Federal objetiva reduzir as acentuadas diferenças na condução do processo de revalidação de diplomas, qualificando este processo – avaliação de conhecimento, habilidades e competências – à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais. Será preservada, também, a autonomia e a competência das universidades públicas no processo de revalidação de diplomas. O Projeto Piloto será aplicado a um conjunto de 165 estudantes graduados em medicina pela Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), que se encontram no Brasil. As universidades públicas interessadas em participar do projeto poderão aderir voluntariamente a ele por meio de um convênio específico, que incluirá a adoção de estratégias de aproximação curricular, intercâmbio de docentes e estudantes. Já aderiram ao projeto as universidades: UFC, UFAL, UFAC, UFPA, UNIRIO, UERJ (do Estado do Rio de Janeiro), UEA (do Estado do Amazonas), UERN (do Estado do Rio Grande do Norte) e UNEAL (Estadual de Alagoas). Em seguida, o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vanucchi, relatou que 2008 será pautado por um amplo debate nacional em torno da temática dos direitos humanos devido às celebrações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos 20 anos da Constituição Federal de 1988, dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, dos 5 anos do Estatuto do Idoso e dos 120 anos da Abolição da Escravidão no Brasil. Para comemorar todas estas datas, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos realizará a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), de 15 a 18 de dezembro, em Brasília, com a finalidade de revisar e atualizar o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH). Esse processo é necessário para que sejam reavaliadas e legitimadas as prioridades do setor, além de reconhecer os novos e tradicionais atores da área. Segundo Vanucchi o Brasil precisa criar uma política interna de Direitos Humanos.

Segundo ele, é necessário nominar essa questão para acabar com a idéia de que Direito Humano é apenas para bandidos. Ainda este ano acontecerá a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), no período de 6 a 8 de junho, no Centro de Eventos Brasil 21, em Brasília. Esta é a primeira conferência mundial com essa abordagem e terá como tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT". Entre os dias 25 e 28 de novembro, ocorrerá o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes com o tema "Garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente e da proteção contra a exploração sexual: por uma visão sistêmica"; o evento tem o objetivo de mobilização internacional para garantir o direito de proteção de crianças e adolescentes. A seguir, o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Andifes, reitor José Ivonildo do Rêgo (UFRN), e o ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Francisco César de Sá Barreto, apresentaram a proposta de um programa de fortalecimento e expansão da pós-graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, desenvolvido em conjunto com a Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A proposta dá continuidade aos projetos apresentados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião com os dirigentes das IFES em março último. O programa foca as assimetrias regionais e de áreas com a finalidade de reformar a característica fundamental das universidades federais de principais formadoras de pós-graduação e pesquisa brasileiras e busca integrar os ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a Andifes. A idéia é que as universidades federais, como referência em pós-graduação, sejam uma plataforma para o desenvolvimento de inovação tecnológica e de pesquisa, favorecendo o crescimento da política industrial brasileira. Esse procedimento traz como consequência a ampliação tecnológica nacional, diminuindo os custos de produção devido à redução dos direitos pagos em patentes internacionais. A proposta será concluída até o final deste semestre e submetida à apreciação e à aprovação do Conselho Pleno. Após, a Andifes e a Capes apresentarão ao Ministério da Educação, sugerindo a sua implementação. Ao discutir a minuta de portaria referente à gestão orçamentária dos hospitais universitários, o presidente afirmou que o conceito de transparência e de melhor gestão devem ser sempre buscados. Mas que, no entanto, a portaria apresentada pelo MEC não soluciona questões importantes para o gerenciamento dos HUs, como o financiamento apropriado e a reposição de pessoal. O assunto será debatido na reunião extraordinária do Conselho Pleno, na próxima semana, em Brasília. Na ocasião, o secretário-executivo do MEC, José Henrique Paim, explicará todos os pontos referentes à portaria dos hospitais universitário e responderá a questionamentos. Quanto à portaria n.º 475/2008, que regulamenta as Fundações de Apoio vinculadas às universidades federais, o Conselho Pleno entendeu que esta não resolve o principal problema que criou a necessidade das Fundações: a falta de autonomia universitária, pois se tornou rotina o repasse de recursos do Governo Federal para as IFES nos últimos dias do ano. Desde 1995 não é permitido repassar os saldos das dotações orçamentárias para o exercício financeiro seguinte e as universidades federais acabam transferindo esses valores para as fundações de apoio, uma vez que a devolução destes recursos acarretaria prejuízos à concretização dos projetos de cada instituição. O Conselho Pleno delegou à Diretoria Executiva a elaboração de um manifesto em defesa do sistema público federal de ensino superior. O objetivo é esclarecer a sociedade sobre o papel das universidades federais, bem como ressaltar a importância de haver autonomia universitária para resolver os problemas gerenciais das instituições. O manifesto será submetido à apreciação do Conselho Pleno e posteriormente divulgado à sociedade. A eleição para a direção da Andifes 2008/2009 ficou marcada para o dia 29 de maio de 2008, em Uberlândia. O Conselho Pleno determinou que este tema seja debatido em sua próxima reunião extraordinária, na semana seguinte, em Brasília, para que todos os dirigentes possam participar das discussões. As declarações completas dessa reunião estão gravadas e disponíveis para consulta. Nada mais havendo a tratar, eu Gustavo Henrique de Sousa Balduino, secretário executivo, lavrei a presente ata.

Gustavo Henrique de Sousa Balduino
Secretário executivo da Andifes